



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCANENA

# **EDITAL**

**SILVESTRE LUCIANO GONÇALVES PEREIRA, Presidente da Assembleia Municipal de Alcanena:**

Faz saber, em cumprimento do determinado art.º 56º., da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que se resumem no seguinte, as deliberações tomadas por este Órgão Deliberativo, na sessão ordinária de **06 de dezembro de 2019**, destinadas a ter eficácia externa:

- Tomado conhecimento da Informação escrita da Sr.ª Presidente da Câmara sobre a atividade do Município, respetiva situação financeira, Relação de Processos Judiciais em curso e Ponto da Situação do Ambiente.

- Aprovada a Ata n.º 6/2019, da Sessão Ordinária, realizada no dia 27/09/2019.

- Aprovada a criação de uma Comissão de Acompanhamento do processo de Reorganização Administrativa das Freguesias, com representatividade de todos os três Grupos Municipais, constituída com a mesma representatividade e paridade que foi deliberada para a representação na CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

A indicação nominativa dos Deputados Municipais, será da iniciativa de cada Grupo e comunicada posteriormente ao Presidente da Assembleia Municipal.

O Plano de Ações, o modo de funcionamento e o envolvimento de outros intervenientes, estarão no âmbito das funções e atribuições da respetiva Comissão de Acompanhamento.

- Aprovadas as seguintes taxas a aplicar na liquidação do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, no ano de dois mil e vinte:

1) - Fixar a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar na liquidação do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis em dois mil e vinte, em zero vírgula quatrocentos e cinco por cento - Para prédios urbanos, conforme alínea c), do número um, do Artigo centésimo décimo segundo, do CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;

2) - Estabelecer uma majoração de trinta por cento para os edifícios que apresentem estado de degradação avançado – prédios em ruínas, devidamente reconhecido pela comissão de vistoria de utilização e conservação do edificado, prevista no artigo nonagésimo, do RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - sobre os quais venha a recair notificações municipais de intimação, ao abrigo no número dois, do artigo octogésimo nono, do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, para realização de obras ou demolições, de modo a colmatar más condições de segurança e salubridade, enquanto não forem executadas as obras intimadas (em conformidade com o descrito no número oito, do artigo centésimo décimo segundo e com o artigo décimo quarto, do CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis);

3) - Conforme alteração efetuada ao CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, pelo artigo centésimo sexagésimo segundo, da Lei número sete-A/dois mil e dezasseis, de trinta de março, aditando o artigo centésimo décimo segundo-A, fixar uma redução da taxa

de imposto de acordo com o número de elementos dependentes do agregado familiar, na taxa mencionada na alínea a) anterior, nos casos de imóveis destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, coincidente com o domicílio fiscal, assim definido:

- Um dependente a cargo: dedução de € 20 (vinte euros);
- Dois dependentes a cargo: dedução de € 40 (quarenta euros);
- Três ou mais dependentes a cargo: dedução de € 70 (setenta euros).

- Manter em um e meio por cento, a percentagem a aplicar na taxa da Derrama a cobrar em dois mil e vinte, conforme número um, do artigo décimo oitavo, da Lei número setenta e três/dois mil e treze, três de setembro.

- Aprovado o estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, fixando em zero vírgula vinte e cinco por cento, o seu percentual, para aplicação em dois mil e vinte, conforme refere a alínea b) do número um do artigo vigésimo quinto, do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.

- Aprovada uma participação variável no IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, dos Sujeitos Passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Concelho de Alcanena, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, fixando em cinco por cento, a participação variável do Município de Alcanena, no IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, ou seja, a percentagem prevista no número um, do artigo vigésimo sexto, da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro.

- Autorizar a alteração da repartição de encargos e valores dos compromissos plurianuais, para os anos de dois mil e dezanove e dois mil e vinte, dos seguintes projetos e com a seguinte repartição:

**1 - Empreitada número dezanove/dois mil e dezassete/DPGOM- Execução das Redes de Saneamento de Águas Residuais de Covão do Coelho e Vale Alto, adjudicada à empresa TOELTA – Gestão de Investimentos e Concessões, Sociedade Anónima, pelo valor de €2.068.563,69 (dois milhões e sessenta e oito mil quinhentos e sessenta e três euros e sessenta e nove cêntimos, acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado e um prazo de execução de trezentos e sessenta e cinco dias.**

**Repartição encargos atual (com IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado) aprovada:**

- 80 000,00€ (oitenta mil euros) para dois mil e dezoito;
- 2 112 677,52€ (dois milhões cento e doze mil seiscentos e setenta e sete euros e cinquenta e dois cêntimos) para dois mil e dezanove;

**Total= 2 192 677,52€ (dois milhões cento e noventa e dois mil seiscentos e setenta e sete euros e cinquenta e dois cêntimos).**

**Alteração proposta de repartição encargos (com IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado):**

- 956 244,97€ (novecentos e cinquenta e seis mil duzentos e quarenta e quatro euros e noventa e sete cêntimos) para dois mil e dezanove (considerado o valor do adiantamento concedido);
- 1 236 432,55€ (um milhão duzentos e trinta e seis mil quatrocentos e trinta e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos) para dois mil e vinte;

**Total= 2 192 677,52€ (dois milhões cento e noventa e dois mil seiscentos e setenta e sete euros e cinquenta e dois cêntimos).**

**2** - Aquisição de Serviços número treze/dois mil e dezassete/DPGOM – Fiscalização, Coordenação de segurança e serviços de arqueologia para a empreitada de redes de saneamento de águas residuais dos lugares de Covão Coelho e Vale Alto, adjudicado à Ripórtico, Engenharia Lda pelo valor de 141 540,00€ (cento e quarenta e um mil quinhentos e quarenta euros) acrescido do IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado e um prazo de execução de quatrocentos e vinte dias.

Repartição encargos atual (com IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado) aprovada:

- 5 171,27€ (cinco mil cento e setenta e um euros e vinte e sete cêntimos) para dois mil e dezoito;

- 149 223,60€ (cento e quarenta e nove mil duzentos e vinte e três euros e sessenta cêntimos) para dois mil e dezanove;

- 19 699,33€ (dezanove mil seiscentos e noventa e nove euros e trinta e três cêntimos) para dois mil e vinte;

Total= 174 094,20€ (cento e setenta e quatro mil e noventa e quatro euros e vinte cêntimos)

Alteração proposta de repartição encargos (com IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado):

- 133 260,13€ (Cento e trinta e três mil duzentos e sessenta euros e treze cêntimos) para dois mil e dezanove;

- 40 834,07€ (quarenta mil oitocentos e trinta e quatro euros e sete cêntimos) para dois mil e vinte;

Total= 174 094,20€ (cento e setenta e quatro mil e noventa e quatro euros e vinte cêntimos)

**3** - Empreitada vinte e quatro/dois mil e dezassete/DPGOM- Centro Escolar de Alcanena, adjudicada à firma Teixeira, Pinto & Soares, Sociedade Anónima, pelo valor de € 2 956 077,89 (dois milhões novecentos e cinquenta e seis mil e setenta e sete euros e oitenta e nove cêntimos) acrescido de IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado e um prazo de execução de quatrocentos e cinquenta dias.

Repartição encargos atual (com IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado) aprovada:

- 159 000,00€ (cento e cinquenta e nove mil euros) para dois mil e dezoito;

- 2 944 442,56€ (dois milhões novecentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e dois euros e cinquenta e seis cêntimos) para dois mil e dezanove;

- 30 000,00€ (trinta mil euros) para dois mil e vinte;

Total= 3 133 442,56€ três milhões cento e trinta e três mil quatrocentos e quarenta e dois euros e cinquenta e seis cêntimos).

Alteração proposta de repartição encargos (com IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado):

- 83 347,94€ (oitenta e três mil trezentos e quarenta e sete euros e noventa e quatro cêntimos) executado em dois mil e dezoito;

- 1 569 921,08€ (um milhão quinhentos e sessenta e nove mil novecentos e vinte e um euros e oito cêntimos) para dois mil e dezanove;

- 1 550 981,68€ (um milhão quinhentos e cinquenta mil novecentos e oitenta e um euros e sessenta e oito cêntimos) para dois mil e vinte;

Total= 3 204 250,70€ (três milhões duzentos e quatro mil duzentos e cinquenta euros e setenta cêntimos) (inclui primeiro adicional)

**4** - Aquisição Serviços número três/dois mil e dezassete/DPGOM- Fiscalização e Coordenação de Segurança da empreitada do Centro Escolar de Alcanena, à firma Ripórtico, Engenharia Lda, pelo valor de € 139 995,00 (cento e trinta e nove mil novecentos e noventa e

cinco), acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado e um prazo de execução de dezassete meses.

Repartição encargos atual (com IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado) aprovada:

- 20 258,10€ (vinte mil duzentos e cinquenta e oito euros e dez cêntimos) para dois mil e dezoito;

- 121 548,60€ (cento e vinte e um mil quinhentos e quarenta e oito euros e sessenta cêntimos) para dois mil e dezanove;

- 30 387,15€ (trinta mil trezentos e oitenta e sete euros e quinze cêntimos) para dois mil e vinte;

Total= 172 193,85€ (cento e setenta e dois mil cento e noventa e três euros e oitenta e cinco cêntimos).

Alteração proposta de repartição encargos (com IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado):

- 16 420,50€ (dezassex mil quatrocentos e vinte euros cinquenta cêntimos) executado em dois mil e dezoito;

- 97 643,55€ (noventa e sete mil seiscentos e quarenta e três euros e cinquenta e cinco cêntimos) para dois mil e dezanove;

- 58 129,80€ (cinquenta e oito mil cento e vinte e nove euros e oitenta cêntimos) para dois mil e vinte;

Total= 172 193,85€ (cento e setenta e dois mil cento e noventa e três euros e oitenta e cinco cêntimos).

**5 - Empreitada número quatro/dois mil e dezoito/DPGOM – Requalificação do Mercado Municipal de Alcanena, adjudicada à firma Miraterra - Obras Públicas, Lda pelo valor de 1.609.752,31€ (um milhão seiscentos e nove mil, setecentos e cinquenta e dois euros e trinta e um cêntimos), acrescido do IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado e um prazo de execução de trezentos e sessenta e cinco dias.**

Repartição encargos atual (com IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado) aprovada:

- 170 000,00€ (cento e setenta mil euros) para dois mil e dezoito

- 1 536 337,45€ (um milhão quinhentos e trinta e seis mil trezentos e trinta e sete euros e quarenta e cinco cêntimos) para dois mil e dezanove;

Total= 1 706 337,45€ (um milhão setecentos e seis mil trezentos e trinta e sete euros e quarenta e cinco cêntimos).

Alteração proposta de repartição encargos (com IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado):

- 30 305,05€ (trinta mil trezentos e cinco euros e cinco cêntimos) executado em dois mil e dezoito;

- 1 172 702,76€ (um milhão cento e setenta e dois mil setecentos e dois euros e setenta e seis cêntimos) para dois mil e dezanove;

- 648 544,57€ (seiscentos e quarenta e oito mil quinhentos e quarenta e quatro euros e cinquenta e sete cêntimos) para dois mil e vinte;

Total= 1 851 552,38€ (um milhão oitocentos e cinquenta e um mil quinhentos e cinquenta e dois euros e trinta e oito cêntimos) (inclui primeiro adicional)

**6 - Empreitada número nove/dois mil e dezoito/DPGOM- Execução das Redes de Saneamento de Águas Residuais do Carvalheiro, adjudicada à firma Toelta - Gestão de investimentos e Concessões, Sociedade Anónima, pelo valor de 827 875,17€ (oitocentos e vinte e sete mil oitocentos e setenta e cinco euros e dezassete cêntimos) acrescido do IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado e um prazo de execução de trezentos dias.**

Repartição encargos atual (com IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado) aprovada:

- 595 238,78€ (quinhentos e noventa e cinco mil duzentos e trinta e oito euros e setenta e oito cêntimos) para dois mil e dezanove;

- 282 308,90€ (duzentos e oitenta e dois mil trezentos e oito euros e noventa cêntimos) para dois mil e vinte;

Total= 877 547,68€ (oitocentos e setenta e sete mil quinhentos e quarenta e sete euros e sessenta e oito cêntimos).

Alteração proposta de repartição encargos (com IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado):

- 60 000,00€ (sessenta mil euros) para dois mil e dezanove;

- 817 547,68€ (oitocentos e dezassete mil quinhentos e quarenta e sete euros e sessenta e oito cêntimos) para dois mil e vinte;

Total= 877 547,68€ (oitocentos e setenta e sete mil quinhentos e quarenta e sete euros e sessenta e oito cêntimos).

**7 - Aquisição de Serviços número dois/dois mil e dezanove/DPGOM-Fiscalização, Coordenação de Segurança e Serviços de Arqueologia da Empreitada de Redes de Saneamento de Águas Residuais do Carvalheiro, adjudicado à firma PROSPECTIVA - PROJECTOS, SERVIÇOS E ESTUDOS, Sociedade Anónima, pelo valor de 68.640,00€ (sessenta e oito mil seiscentos e quarenta euros) acrescido do IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado e um prazo de execução de onze meses.**

Repartição encargos atual (com IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado) aprovada:

- 57 564,00€ (cinquenta e sete mil e quinhentos e sessenta e quatro euros) para dois mil e dezanove;

- 26 863,20€ (vinte e seis mil oitocentos e sessenta e três euros e vinte cêntimos) para dois mil e vinte;

Total= 84 427,20€ (oitenta e quatro mil quatrocentos e vinte e sete euros e vinte cêntimos).

Alteração proposta de repartição encargos (com IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado):

- 24 363,23€ (vinte e quatro mil trezentos e sessenta e três euros e vinte e três cêntimos) para dois mil e dezanove;

- 60 063,97€ (sessenta mil, sessenta e três euros e noventa e sete cêntimos) para dois mil e vinte;

Total= 84 427,20€ (oitenta e quatro mil quatrocentos e vinte e sete euros e vinte cêntimos).

- Aprovada a Segunda Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa de dois mil e dezanove, Grandes Opções do Plano e Plano Plurianual de Investimentos.

- Autorizar o Município de Alcanena a contratar um Empréstimo de Curto Prazo no valor de quinhentos mil euros, para utilização no decorrer do ano de dois mil e vinte, a contratar com a Caixa Geral de Depósitos, Sociedade Anónima, nas condições da proposta apresentada.

- Aprovados os Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal para dois mil e vinte, aprovados pela Câmara Municipal na Reunião de vinte e oito de outubro último, e a Alteração ao mapa das Grandes Opções do Plano, Atividades Mais Relevantes e Introdução ao Orçamento, aprovada pela Câmara Municipal na Reunião de dois de dezembro corrente, como a seguir se indica:

a) - Aprovadas por maioria, com oito abstenções e dezassete votos a favor: - As GOP - Grandes Opções do Plano (PPI - Plano Plurianual de Investimentos e AMR - Atividades Mais Relevantes) e o Orçamento, no valor total de dezoito milhões, trezentos e três mil seiscentos e noventa e oito euros, conforme documentos.

b) - Aprovado por maioria, com oito abstenções e dezassete votos a favor: - O Mapa de Pessoal que se encontra junto aos Documentos Previsionais e, bem assim, as despesas relacionadas com Recursos Humanos:

- Despesas totais com pessoal: três milhões, oitocentos e cinquenta mil oitocentos e noventa e um euros;

- Despesas de recrutamento: noventa e dois mil setecentos e sessenta e dois euros;

- Despesas com alteração obrigatória de posicionamento remuneratório: zero euros.

- Despesas com alteração facultativa de posicionamento remuneratório: zero euros.

- Despesas com Prémios de Desempenho: zero euros.

c) - Aprovada por maioria, com oito abstenções e dezassete votos a favor: - A Alteração ao mapa das Grandes Opções do Plano, Atividades Mais Relevantes e Introdução ao Orçamento, aprovada pela Câmara Municipal na Reunião de dois do corrente mês de dezembro.

- Aprovada a atualização financeira, para o ano de dois mil e vinte, dos Acordos de Execução a celebrar entre o Município de Alcanena e as Juntas de Freguesia e de União de Freguesias do Concelho.

- Autorizar repartição de encargos e assunção dos compromissos plurianuais, referentes ao Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Alcanena e a RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, Empresa Intermunicipal, Sociedade Anónima, para Recolha e Transporte dos Resíduos Sólidos Urbanos do Concelho de Alcanena, com efeitos a um de janeiro de dois mil e vinte, com o prazo de três anos e ao abrigo do artigo quadragésimo sétimo da Lei número cinquenta/dois mil e doze, de trinta e um de agosto, para os anos de dois mil e vinte, dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, correspondendo a duzentos e noventa mil, noventa e quatro euros e noventa e nove centimos anuais, num total de oitocentos e setenta mil duzentos e oitenta e quatro euros e noventa e sete centimos.

- Aprovada a Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) de Vila Moreira, Bugalhos, Moitas Venda, Serra de Santo António e Monsanto e a Redelimitação da Área de Reabilitação Urbana de Alcanena.

- Aprovado o Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentário das Feiras do Município de Alcanena.

- Aprovado o Regulamento dos Mercados Municipais do Concelho de Alcanena.

- Aprovado o pedido de isenção das taxas de ocupação do solo a aplicar, apresentado pela empresa H Sarah Trading, Limitada, para a colocação de, previsivelmente, doze contentores de recolha de seletiva de roupa, calçado e brinquedos, a distribuir pelo Concelho de Alcanena.

- Reconhecer o Interesse Público para as populações e economia local, do Projeto - Candidatura PDR2020 -Programa de Desenvolvimento Rural dois mil e vinte – Medida DLBC – Operação Dez, ponto Dois, ponto Um, ponto Seis - Renovação de Aldeias – “Reabilitação do Parque de Merendas e Miradouro em Santa Marta”, solicitado pela Junta de Freguesia de Moitas Venda.

- Aprovada a revogação das cláusulas e condições, que a seguir se indicam, fixadas por deliberação desta Assembleia Municipal, tomada na sessão de doze de janeiro de mil novecentos e noventa, para a venda dos Lotes de Terreno de Minde, inseridos no Plano de Pormenor das Saramagas e constantes das escrituras de compra e venda realizadas para alienação dos mencionados lotes números um a quarenta e oito, permitindo autorizar os proprietários dos lotes a expurgar e extinguir os ónus inscritos nas descrições prediais respetivas:

“1. É permitida a construção, no lote vendido, de moradia unifamiliar, de dois pisos, de acordo com o regulamento respetivo;

2. Os lotes não poderão ser vendidos antes de edificada a moradia;

3. Os compradores deverão iniciar a construção no prazo de um ano, a contar da data da escritura notarial, e concluí-la no prazo de dois anos, contados a partir do início da construção;

4. Findo o prazo para conclusão da obra, sem que esta tenha sido feita, fica o respetivo proprietário obrigado ao pagamento à Câmara, de uma importância de mais valia, correspondente a dez por cento (10%) do custo total do lote, no primeiro ano; de vinte e cinco por cento (25%), no segundo ano; e cinquenta por cento (50%), no terceiro ano, após o que o lote reverterá para a Câmara, incluindo quaisquer benfeitorias que, porventura, nele tenham sido efetuados, com perda para o comprador, dos pagamentos efetuados, os quais não poderão ser restituídos.

5. Os compradores, que não puderem cumprir os prazos deverão requerer prorrogação do prazo, pedidos que serão apreciados caso a caso, pela Câmara Municipal de Alcanena.”.

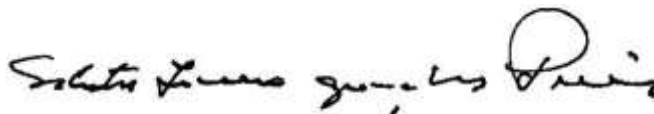
- Tomado conhecimento do Relatório de avaliação - Sistema de tratamento de águas residuais de Alcanena, da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, EM SA.

- Tomado conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos, LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, no Período de 04/09/2019 a 04/11/2019.

E para constar, se publica o presente edital que vai ser afixado nos lugares do estilo, durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada das deliberações, conforme art.º 56.º, da citada Lei n.º 75/2013.

Paços do Município de Alcanena, de 13 de dezembro de 2019

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,



(Silvestre Luciano Gonçalves Pereira, Eng.º)